Poder e política na Grécia clássica: interações entre as *Póleis* do mar Egeu

Douglas de Melo Altoé¹

Este artigo deriva-se da apresentação do estágio atual de nossa pesquisa, a qual ainda está em fase inicial, em sessão de comunicações do *Seminário Representações, Poder e Práticas Discursivas*, promovido pelo LITHAM - Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo, da UFRRJ. Nossa pesquisa tem por tema *O Poder e a Política no Mundo Políade da Grécia Clássica*, portanto é objetivo do presente artigo analisar, em especial, as interações – alianças e enfrentamentos – estabelecidos entre as *póleis* no entorno do Mar Egeu, porém sem desprezar as colônias fundadas no período arcaico da história da Grécia, e este é o nosso recorte espacial, sendo que o cronológico ater-se-á ao século V a.C. – ápice da época clássica – e tem como alicerce principal a seguinte questão: Por que os helenos nunca efetivaram, em definitivo, o pan-helenismo em nível político? Por que a Grécia Antiga jamais tornou-se um único Estado, portanto unificado, sobretudo, no apogeu de sua civilização: a época clássica?

Na primeira parte, explicitaremos os itens necessários para compor uma pesquisa em História, seguindo o modelo ensinado pelo Professor Doutor Ciro Flamarion Cardoso, no capítulo “Os passos da pesquisa histórica”, inserido na em sua obra *Uma Introdução à História*.² Em sua segunda parte, apresentaremos a prévia bibliografia lida para o desenvolvimento da pesquisa, contendo a visão de alguns historiadores, refletindo um levantamento bibliográfico pertinente ao nosso tema.

Nosso problema a ser pesquisado ancora-se no seguinte questionamento: por que os gregos não obtiveram uma centralização política? Salvo em parte das Guerras Pérsicas, lutando, portanto, contra um inimigo comum e bárbaro – na visão helênica: os persas –, momento no qual houve um efêmero sentimento e prática política do pan-helenismo, referimo-nos, nesse caso, à aliança das *póleis* contra esse inimigo asiático e estranho ao mundo grego; pergunta-se: por que ao invés de guerrearem entre si – especificamente na Guerra do Peloponeso (de 431 a 404 a.C.) –, as cidades-Estado não se uniram para uma consolidação, unificação e até mesmo uma expansão territorial, tal como ocorreu, como, por exemplo, com Roma?

¹ Graduando em História da UFRRJ – “campus” Seropédica. Membro do LITHAM – Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo da UFRRJ.

² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: 7ª ed. Editora Brasiliense, 1988, pp. 81- 89.

Para responder a nossas questões, pretendemos fazer uma análise política, contendo as relações entre as *póleis*, sobretudo no entorno do Mar Egeu, para situar como essas interações contribuía ou prejudicaram esse agrupamento entre os gregos. A escolha por delimitar, cronologicamente nossa pesquisa ao século V a.C., reside no fato de que essa foi a época na qual ocorreram as maiores realizações culturais da história grega, na qual viveram seus maiores expoentes na filosofia, história e no teatro. A análise e a reflexão acerca das duas guerras, que no V século a.C., tiveram como principal cenário o Mar Egeu, e suas *póleis*, são extremamente importantes para nossa pesquisa, pois revelam respostas à nossa questão central neste estudo, a qual também pode ser explicada na formulação da seguinte questão: Por que, em um mesmo século, primeiramente as Cidades-Estado helênicas chegam a se unir contra os persas, e poucas décadas depois, o que se vê no Egeu é uma – stásis – guerra civil?

Utilizamos duas fontes textuais, sobretudo, porque buscaremos respostas às perguntas formuladas no nosso tema. Inicialmente, estudaremos a biografia e a trajetória do historiador Tucídides, e, em especial, analisaremos partes relevantes de sua obra, na qual acreditamos poder encontrar respostas aos nossos questionamentos. A obra tucidideana a que nos referimos intitula-se, em seu original grego, – *Thoukydídou Historíai* - *Histórias de Tucídides*, que não tem este título por acaso, já que o objetivo central tanto de Tucídides, quanto daquele que o precedeu – Heródoto – foi destacar a *narrativa histórica*, inserindo na época clássica – século V a.C. – esse novo gênero literário, em prosa, em oposição ao tradicional relato grego mítico e heróico, o qual, durante séculos, foi passado de geração em geração por via oral ou, mais tardiamente, por poemas, como os de Homero: *A Ilíada e a Odisséia* – século VIII a.C. – ou mesmo os poemas de Hesíodo: *Teogonia* e *Os Trabalhos e os Dias*, redigidos já no início da época arcaica, no mesmo século supracitado.

Embora o título original em grego seja *Histórias de Tucídides*, a mesma obra ficou mais conhecida por *História da Guerra do Peloponeso*. Como nossa pesquisa ainda está em fase inicial, começaremos com a análise dessa fonte textual, porém pretendemos expandir nosso *corpus*, para também analisar fragmentos da obra de Heródoto, originalmente denominada em grego (Hrodo/tou (Istori/ai - *Hērodótou Historíai* – *Histórias de Heródoto*, cujo título assemelha-se ao de Tucídides, ou melhor, o deste copia o daquele, e pelas mesmas razões de valorização do relato histórico. O título da obra de Heródoto é mais conhecido por *As Guerras Pérsicas*.

E por que selecionamos estas duas fontes para o *corpus* textual de nossa pesquisa? Porque a narrativa de Heródoto dar-nos-á luz quanto a um pan-helenismo, ainda que efêmero, contra o inimigo comum aos helenos: os persas, ao passo que a de Tucídides iluminará a guerra civil entre as *póleis* gregas de Esparta e Atenas, juntamente com suas respectivas alianças e cidades-Estado aliadas, no primeiro caso a Liga do Peloponeso e no segundo a de Delos. De qualquer modo, é-nos possível adiantar que esse último conflito bélico tratou-se de uma luta entre oligarquia x democracia, pela hegemonia do mundo helênico, sem ter havido a unificação dos gregos em um único Estado, ao contrário, sua divisão em *póleis* prossegiu. Ainda sobre nossas fontes, objetivamos utilizar, em nossa pesquisa, tanto esta obra de Tucídides, quanto a de Heródoto, ambas constantes da coleção Loeb *Classical Library*, publicada pela Harvard University Press, tratando-se de obras bilíngues: grego/inglês. As publicações dessa coleção são amplamente aceitas academicamente.

A guerra do Peloponeso, que Tucídides relatou, envolveu todo o mundo helênico, principalmente Atenas e Esparta, as duas principais cidades-Estado, na época clássica, e seu antagonismo residia, essencialmente, no regime político oposto de ambas. Enquanto Atenas tentava impor sua democracia, inclusive sob um esquema imperialista de controle de muitas *póleis* a ela subordinadas na Liga de Delos, Esparta procurava conquistar a hegemonia de todo o Mar Egeu, levando seu modelo oligárquico a muitas cidades-Estado, apoiada pela Liga do Peloponeso. Segundo Tucídides, a guerra teve como causa o aumento do poder de Atenas, visto com receio pelos peloponésios e pelos lacedemônios – espartanos –, em particular. A morte impediu o autor de terminar a obra, interrompida no relato do vigésimo primeiro ano da conflagração (411/410 a.C.).

Como quadro teórico de nossa pesquisa, apontamos o modelo historiográfico grego, isto é, como os historiadores helênicos transmitiram sua narrativa. Mais abaixo, analisaremos um trecho de nossa principal fonte, a obra de Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, originalmente, em grego: – *Thoukydídou Historíai* – *Histórias de Tucídides*, título o qual utilizou a palavra - *Historía* propositalmente, considerando, ademais, que tal termo traduz-se do grego para português, segundo Anatole Bailly, por “pesquisa, informação, exploração”³, que é o cerne do trabalho do historiador. Assim, nascia na Grécia clássica a *historiografia* ou *escrita da história*.

³ BAILLY, Anatole. *Dictionnaire Grec-Français*: Le Grand Bailly. Paris: Hachette, 2000, p. 983. Tradução livre.

Os ensinamentos dos historiadores Arnaldo Momigliano⁴ e Carlo Ginzburg⁵, este último citado em artigo redigido por Luís Eduardo Lobianco⁶ e inserido em obra intitulada *Sociedade e Religião na Antiguidade Oriental*, tendo como um de seus principais organizadores o Professor Doutor André Leonardo Chevitarrese, informam-nos como era tal modelo historiográfico clássico, mais especificamente grego.

Com relação ao modelo de historiografia, utilizado por Josefo e Tucídides, **Carlo Ginzburg aponta que fazia parte do ofício dos historiadores clássicos a pretensão de transmitir um efeito de verdade**, indicando ademais serem três as grandes noções-pilares da historiografia grega na Antiguidade: a e)na/rgeia – enárgeia, a au)toyi/a - autopsía e a e)/kfrasij - ékphrasis, respectivamente significando: visão clara ou clareza; o ver com os próprios olhos e descrição.⁷

Como vimos na transcrição acima, segundo nos ensina Ginzburg, espera-se do historiador grego que faça um relato, uma descrição, com clareza, dos fatos que viu com seus próprios olhos, ou seja, na condição de testemunha ocular, buscando transmitir ao seu leitor “um efeito de verdade”. Arnaldo Momigliano, por sua vez, complementando os argumentos defendidos por Ginzburg, assim, esclarece-nos como agiam os historiadores gregos:

[...] **todos os historiadores gregos lidam com um número restrito de temas que consideram importantes e todos estão preocupados com a confiabilidade dos dados que deverão usar. [...]. Cada historiador grego está preocupado com a importância qualitativa daquilo que vai dizer. Sua tarefa é preservar a memória de fatos passados importantes e de apresentá-los de uma maneira confiável e atrativa.**⁸

⁴ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 37-41 e pp. 53-83.

⁵ GINZBURG, Carlo. Apontar e Citar – A Verdade da História, In: *Revista de História*. Campinas: Unicamp, nº 2 e 3, pp. 91-106, [s.m.]. 1991.

⁶ LOBIANCO, Luís Eduardo. Flávio Josefo e Tucídides: Um Estudo da Historiografia Antiga a partir da Semiótica Textual. In: CHEVITARSE, André Leonardo, ARGÔLO, Paula Falcão, RIBEIRO, Raphaela Serrador (orgs.). *Sociedade e Religião na Antiguidade Oriental*. Rio de Janeiro. Fábrica de Livros/SENAI. 2000, pp. 130-148. Grifos nossos.

⁷ GINZBURG, Carlo. Apud. LOBIANCO, Luís Eduardo. Flávio Josefo... op. cit., p. 131.

⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes...* op. cit., pp. 37-38. Grifos nossos.

Como vemos, Momigliano destaca que “todos os historiadores gregos... estão preocupados com a confiabilidade dos dados que deverão usar”. E ainda acrescenta este mesmo historiador: “Sua tarefa é preservar ... fatos passados importantes e ... apresentá-los de uma maneira confiável e atrativa.” Deduzimos disso, que além do modelo historiográfico descrito por Ginzburg, no qual o objetivo final dos historiadores clássicos, gregos em nosso caso, era transmitir aos seus leitores um “efeito de verdade”, para que isso pudesse ser viável, Momigliano acrescenta que a confiança nas informações que iriam usar era a maior preocupação de tais historiadores. Essa hipótese ocorria quando os autores não fossem testemunhas oculares – e isso se aplica mais a Heródoto do que a Tucídides –, embora a esse também, como mesmo informa em fragmento seu, mais adiante transcrito. Tucídides expõe, inicialmente, a união entre os helenos, diante da ameaça estrangeira, entretanto o historiador, logo, informa-nos que tal aliança foi rompida por desentendimentos nas relações entre as *póleis*, de Atenas e Esparta – os lacedemônios – e suas respectivas Cidades-Estado aliadas.

Ademais, ainda acrescenta Tucídides, que essas, mesmo em tempos de paz, procuravam alianças e se preparavam para a guerra. Por fim, entendemos que mais significativo ainda é a citação deste autor sobre: “[...] os dois povos se preparavam continuamente e da melhor maneira para a guerra ...”. Que dois povos são estes? Em nossa compreensão, não se refere a persas e gregos. Tucídides parece tratar de atenienses e lacedemônios, portanto, temos mais uma prova da desunião helênica, já em rota de colisão para a Guerra do Peloponeso (431 – 404 a.C.).

Percebemos o quanto era importante o regime político das *póleis* nos conflitos gregos. Havia uma disputa para expandir o próprio modelo político de governar. Tal fato já nos fornece uma valiosa pista para explicar o porquê da não unificação do mundo helênico, dividido entre democracias e oligarquias. Esparta buscando difundir a oligarquia, junto a suas *póleis* aliadas, da Liga do Peloponeso, mas sem onerá-las. Atenas tributando as integrantes da Liga de Delos e tomando-lhes suas naus, para compor o maior império marítimo do Egeu, além de pretender implantar a democracia nas Cidades-Estado a ela subordinadas. Parece-nos claro que o imperialismo ateniense foi o maior responsável pela eclosão da guerra do Peloponeso, bem como pelo temor que o crescimento do poderio dos atenienses causava aos lacedemônios.

Segue um trecho do início da tradução do original grego de Qoukudi/dou (Istori/ai – *Thoukydídou Historíai* - *Histórias de Tucídides*, tradução realizada do grego para inglês por C. F. Smith, e parte da supracitada coleção Loeb Classical Library,

publicada pela Universidade de Harvard. Devemos notar que há inserções no texto, que são expressões provenientes do original grego de Tucídides. O fragmento abaixo deixa clara a preocupação do historiador ateniense em seguir o modelo teórico de historiografia grega: descrever os fatos com clareza, sendo uma testemunha ocular, de preferência.

Quanto aos fatos ocorridos na guerra, **julguei conveniente escrever, procurando saber não a partir** [de informações] **de alguém tendo estado presente por acaso** [aos fatos], nem em conformidade com minha opinião, mas sim **relatando minuciosamente com exatidão** cada um [dos fatos] aos quais tanto **eu mesmo estava presente [como testemunha ocular]**, quanto [por informações] obtidas da parte de outros, **com o maior rigor possível**. Eu fiz descobertas, porém, de maneira muito trabalhosa, porque **os que tendo estado presentes [as testemunhas oculares]**, a cada um dos acontecimentos, **não disseram as mesmas coisas acerca deles**, mas sim [disseram] segundo sua **parcialidade**, conforme sua lembrança. Talvez **a falta do fabuloso** [no relato] pareça menos agradável ao ouvido, no entanto todos aqueles que desejarem examinar não só a **clareza [a verdade clara] dos fatos ocorridos**, como também a dos vindouros, de modo semelhante pelo **conteúdo humano**, julgarão **meu relato útil** e isto bastará.⁹

Todas as expressões negritadas, no fragmento de Tucídides, revelam que ele não confiava em relatos de pessoas, ainda que presentes aos fatos, se lá estivessem por acaso, portanto sem o devido envolvimento com a situação em questão. Indica também sua preocupação em narrar, em promover uma *descrição* dos fatos com exatidão, valorizando o fato dele ser portador da *autopsía*, ou seja ser ele – Tucídides – uma testemunha ocular, citando ainda a importância da existência da clareza ao narrar os fatos ocorridos. Portanto, está nítido que Tucídides segue o modelo historiográfico grego, tal como explica Ginzburg. Por fim, notemos que esse historiador comenta sobre a falta do “fabuloso” em sua narrativa, mas cita a presença do conteúdo humano. Isso é perfeitamente explicado pelo fato de que os gregos, por longos séculos, acostumaram-se a relatos míticos, fabulosos, com deuses e heróis. No relato tucidideano deve prevalecer o ser humano e a ausência do fabuloso. Para Tucídides, os relatos fabulosos não têm

⁹ TUCÍDIDES. *Qoukudi/dou (Istori/ai - Histórias de Tucídides* Livro I, XXII, 2. Tradução do grego para inglês de C. F. Smith. Loeb Classical Library. Cambridge – Massachusetts e London: Harvard University Press, 1991, pp. 38-41, Apud. LOBIANCO, Luís Eduardo. Flávio Josefo... op. cit., pp. 133-134. Grifos nossos.

credibilidade. Por conseguinte, expõe sua preocupação central e seu objetivo, os quais são a busca pela verdade histórica, que é uma das principais características do historiador grego pelo relato fiel do objeto descrito. Podemos apontar o surgimento de uma busca pela fidedignidade da narrativa, pela descrição não de uma história inventada ou ampliada, mas de uma que pode ser verificada. Retomando os ensinamentos de Arnaldo Momigliano, afirma que: “O passado era para ele [Tucídides] apenas o início da situação política que existia no presente; e o presente era a base para a compreensão do passado”¹⁰.

Ainda com base na transcrição de Tucídides, Livro I, XXII, 2, extraída da Loeb Classical Library, de Harvard, temos mais comentários a tecer. A historiografia tucidideana, retirada do fragmento supracitado, valoriza o autor por seu próprio testemunho, sendo necessário ser o historiador uma testemunha ocular dos fatos, ou então levando em consideração como Tucídides mesmo afirma: “[...] [por informações] obtidas da parte de outros, com o maior rigor possível”. Isso evitaria os boatos, os quais deveriam ser descartados. Ser o próprio historiador uma testemunha ocular dos fatos narrados ou, ao menos ter testemunhas oculares confiáveis, cujas informações deveriam ser verificadas, “[...] com o maior rigor possível”, é, segundo ele, a melhor maneira de garantir a veracidade de seus relatos. Tucídides queria, portanto, a confiança do leitor. Tucídides restringiu também a temática da sua obra, dando importância central à história política. Segundo Arnaldo Momigliano: “A etnografia, a biografia, a religião, a economia, a arte, quando mencionadas, permaneceram sempre marginais”¹¹. Daí, podemos retirar mais uma diferença na comparação da historiografia tucidideana com a herodoteana, já que essa última relatava os acontecimentos extrapolíticos, descrevendo também aspectos culturais. Tucídides usava métodos críticos em seus relatos, pois com sua preocupação pela fidelidade ao objeto descrito, tentava separar o que era confiável e se podia verificar, para distinguir fatos e fantasias. Vejamosse que Arnaldo Momigliano ainda sustenta que: “[...] nenhuma historiografia anterior à dos gregos ou independente desta, desenvolveu estes métodos críticos, e nós herdamos os métodos gregos”¹².

A construção de Grades de Leitura e Análise, parte da Metodologia da Análise de Conteúdo, ensinada em texto de autoria do Professor Doutor Ciro Flamarion

¹⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes...* op. cit., p. 68.

¹¹ Ibidem, p. 75.

¹² Ibidem, p. 55.

Cardoso¹³, visa a destacar quais os temas que mais estão presentes nas fontes textuais de nossa pesquisa. Cada Grade de Leitura e Análise, de tipo quantitativo, é dividida em três colunas e algumas linhas. A primeira coluna informa os temas centrais presentes na fonte e na Grade são chamados de “Categorias Temáticas e Sub-Categorias”, essas sendo subdivisões das primeiras. Em seguida, na segunda coluna, denominada “Unidades de Registro”, transcreveremos palavras ou expressões de nossas fontes, as quais se adequam às respectivas categorias temáticas e subcategorias. Por fim, na última coluna intitulada “Unidades de Numeração”, colocar-se-á um algarismo, o qual indica quantas unidades de registro aparecem na respectiva linha ao lado. Desse modo, os algarismos revelam, quais temas foram mais abordados na fonte analisada.

Nossa pesquisa, até o presente momento, apresenta três hipóteses, de caráter político, para tentar explicar a não unificação dos helenos. Primeiramente, embora houvesse entre os gregos um pan-helenismo cultural e um de caráter político tenha surgido durante as guerras contra os persas, este teve efêmera duração, pois se limitou a enfrentar o inimigo comum e bárbaro, aos olhos dos gregos, e tal união logo foi desmembrada. Em segundo plano, a grande hostilidade e também desconfiança recíproca entre as cidades-Estado gregas, sobretudo Atenas e Esparta, não apenas dificultou qualquer passo para uma possível união em um só Estado, bem como foi fruto do imperialismo ateniense e da postura altamente bélica dos espartanos (lacedemônios), tendo-se criado na órbita destas duas *póleis*, uma política de alianças opostas. Por fim, os diferentes regimes de governo igualmente tornaram inviável uma possível unificação, já que o mundo grego, do V século a.C., estava dividido em *póleis* democráticas, comandadas por Atenas e em Esparta defendia-se a oligarquia.

Doravante, objetivamos embasar nosso tema de pesquisa, através de renomados helenistas: Moses Finley¹⁴, Claude Mossé¹⁵, Peter Jones¹⁶ e Marcos Alvito Pereira de Souza¹⁷. Através deles, trazemos um levantamento bibliográfico para esta segunda parte do artigo. Finley defende que os gregos pertenciam à mesma cultura, e levanta o critério da língua em comum. “[...] A língua, por exemplo, podia variar nos

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Análise de Conteúdo. Método Básico*. (Notas de aula). Texto da disciplina “Métodos e Técnicas I”, ministrada pelo Professor Doutor Ciro Cardoso, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, PPGH-UFF, Niterói-RJ, no primeiro semestre de 2000.

¹⁴ FINLEY, Moses. I. *Os Gregos Antigos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1963.

¹⁵ MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Tradução de Carlos Ramalhete. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

¹⁶ JONES, Peter. V. (org.) *O Mundo de Atenas. Uma introdução à cultura clássica ateniense*. Tradução de Ana Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹⁷ SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. *A Guerra na Grécia Antiga*. São Paulo: Editora Ática. 1988.

dialeto, mas, um grego de qualquer região era compreendido em toda a parte [...]”¹⁸. Além da língua, aponta que “[...] todos os gregos reconheciam e honravam o panteão, [...]”¹⁹, participavam dos Jogos Olímpicos, e frequentavam o oráculo de Delfos, por exemplo²⁰. Houve, portanto, um “pan-helenismo cultural”. Prossegue Finley, fornecendo-nos vários dados acerca da civilização helênica: “Raramente os Gregos demonstravam relutância em escravizar outros Gregos ou em guerrear entre si”²¹.

O autor indica que os helenos, apesar de suas proximidades culturais, mantinham hostilidades e disputas entre si, e praticavam a escravidão dentro de sua própria civilização, gregos escravizavam gregos, sobretudo por dívidas no período arcaico, fato que nos indica um claro elemento de desigualdade social entre os mesmos: “[...] na *pólis* grega, não era tanto a política que causava as divisões mais sérias, mas a questão de quem deveria governar, se ‘os poucos’ ou ‘os muitos’. E o problema complicava-se sempre com assuntos exteriores, com a guerra e ambições imperiais”²². Assim, Finley expõe a importância dos regimes políticos internos nas dissensões entre as *pólis*.

“[...] **continuaram a guerrear-se**, recriminando os outros sempre que havia guerra e justificando as suas próprias ações simplesmente em termos de necessidade política. Os interesses do estado eram sempre justificção suficiente da guerra ou das negociações diplomáticas e da capitulação [se necessário, mesmo em relação aos persas].”²³

Observando a expressão de Finley, por nós destacada em negrito: “[...] continuaram a guerrear-se [...]”, entendemos que ele se refere aos próprios gregos, praticando a *stasis* – *stásis* e fazendo alusão à guerra do Peloponeso. E se os gregos o faziam, tornava-se impraticável uma unificação da Grécia. Finley sugere outras motivações para esta guerra, contribuindo para a fragmentação da Hélade: “desejo de hegemonia, incidentes fronteiriços, enriquecimento material através de saques, proteção ao fornecimento de cereal e procura de apoio externo para facções internas”²⁴.

¹⁸ FINLEY, Moses. I. *Os Gregos...* op. cit., p. 16.

¹⁹ *Ibidem*, p. 44.

²⁰ *Ibidem*, p. 45.

²¹ *Ibidem*, p. 45.

²² *Ibidem*, p. 52.

²³ *Ibidem*, p. 55. Grifos nossos.

²⁴ *Ibidem*.

É provável que, em última análise, fosse uma guerra que Atenas podia perder e nunca ganhar de fato, apenas porque - dada a sua dimensão -, os seus recursos humanos e materiais, a incapacidade da sua economia e tecnologia rudimentares para se expandirem e a incapacidade de os Gregos ultrapassarem a *pólis*, ou, em muitos casos, de nela viverem pacificamente - **a vitória final só seria possível a Atenas, se conseguisse reunir toda a Hélade sob seu império**, e, aparentemente, **isso estava fora do seu alcance**. A guerra terminou em 404, e **a condição mais importante que os espartanos vitoriosos puseram, foi a dissolução do Império**. Por conseguinte, **a guerra foi uma catástrofe não apenas para Atenas, como para toda a Grécia: desfez a única via possível para uma certa unificação política**, embora, reconhecidamente, uma unidade imposta aos outros por uma cidade ambiciosa.²⁵

No fragmento, percebemos que Atenas não tinha meios para vencer a guerra do Peloponeso, daí, entendemos que devido à grande inimizade entre as cidades-Estado, a única maneira de uma unificação da Hélade seria por meio da sobreposição de uma *pólis* em relação às outras. E, para Finley, a derrota de Atenas acabou com a possibilidade de uma *pólis* englobar as demais, nesse caso, sob um império ateniense. As palavras de Finley, por nós negritadas, são extremamente claras para responder à pergunta central do tema de nossa pesquisa. Em relação à inimizade entre as *póleis*, o autor cita Isócrates, o qual aponta “[...] a invasão do império persa era proposta como a única forma de **salvar a Grécia de si mesma**, proporcionando **uma causa que desviasse os gregos de lutarem entre si [...]**”²⁶. O que significava, para Isócrates: “[...] salvar a Grécia de si mesma, [...]”? Entendemos que era poupá-la da autodestruição, da *sta/sij* – stásis, que acabou ocorrendo poucas décadas após a derrota dos persas. E se, como disse Isócrates, houvesse: “[...] uma causa que desviasse os gregos de lutarem entre si. [...]”, acreditamos que, talvez, fosse viável um verdadeiro pan-helenismo político, conduzindo a uma unificação da Grécia, em um só Estado. Mas nunca poderemos saber se isto teria ocorrido. A Guerra do Peloponeso sepultou de vez tal possibilidade.

Peter V. Jones terá suas posições expostas a seguir neste artigo: “[...] muitos estados gregos reuniram-se no istmo de Corinto para deixar de lado as disputas e criar uma liga para derrotar a Pérsia. [...] apenas trinta e uma das várias cidades gregas, mas

²⁵ Ibidem, p. 60. Grifos nossos.

²⁶ Ibidem, p. 76. Grifos nossos.

nunca antes e, com certeza, nunca mais os gregos demonstraram tamanha unidade²⁷. O mesmo autor mostra a união, ao menos parcial, porém significativa, dos gregos frente à ameaça externa dos persas, porém deixa transparecer o quanto efêmera foi essa unidade helênica, sendo rompida uma vez derrotada a Pérsia e não sendo mais restituída uma unidade semelhante, ao contrário, deu-se lugar a confrontos internos.

O crescimento agressivo e auto-afirmativo do poderio ateniense desde as Guerras Persas devia ser uma questão preocupante para as demais cidades gregas, principalmente para Esparta. As mudanças súbitas de atitude e de política tanto de Esparta como de Atenas nos cinquenta anos que se seguiram às Guerras Persas explicam-se melhor pela possibilidade de debates no interior de cada cidade a respeito da reação mais adequada às ações do outro. [...] os sucessos de Atenas com a Liga de Delos podiam ser vistos como um desafio à teia de alianças da própria Esparta com os estados vizinhos [a chamada ‘Liga do Peloponeso’], construída ao longo de muitos anos²⁸.

Peter V. Jones, acima, aborda como causa da guerra do Peloponeso, o aumento do poderio de Atenas, o que desagradava à Esparta e as *póleis* a ela aliadas. Ademais, percebemos o ambiente de desconfiança e preparação para a guerra, na preocupação com as atitudes do outro e na formação de alianças. Esse mesmo autor também assinala o conflito decorrente dos diferentes regimes políticos da época. “[...] a guerra civil [*stásis*] em uma comunidade onde os oligarcas buscavam o apoio de Esparta e os democratas esperavam que Atenas os ajudasse”²⁹. E Jones ainda acrescenta: “[...] Os persas haviam começado a demonstrar um interesse renovado pelo Egeu e, na esperança de reconquistarem o controle das cidades gregas da Ásia Menor, entraram em contatos amistosos com Esparta”³⁰. Nesse último excerto, notamos que a hostilidade pela *pólis* de Atenas era tão grande, que Esparta preferiu conceder apoio ao antigo inimigo para superar a Cidade-Estado rival. O Império Persa também demonstra aproveitar-se da fragmentação política e da guerra civil na Grécia, para retomar as cidades helênicas da Jônia, na costa egeia da Ásia Menor, território majoritariamente persa.

²⁷ JONES, Peter. V, (org.). *O Mundo...* op. cit., p. 13.

²⁸ *Ibidem*, pp. 23-24. Grifos nossos.

²⁹ *Ibidem*, p. 30.

³⁰ *Ibidem*, p. 37.

[...] Competitivas, auto-afirmativas e profundamente desconfiadas dos vizinhos, as cidades nunca foram capazes de unir-se numa associação dos gregos que fosse mais extensa, solidária e única. **O pan-helenismo continuou sendo o sonho impossível dos filósofos e nunca pôde fazer parte da política prática.** Num mundo como esse, qualquer cidade que parecesse almejar a preeminência causaria inevitavelmente a união das demais cidades para resistir à sua influência. Forçosamente haveria de surgir um equilíbrio.³¹

Neste trecho, Peter Jones aponta a dificuldade de uma união entre as *póleis* gregas, não sendo possível concretizar o pan-helenismo devido à grande rivalidade entre elas e deixa claro, tal qual destacamos em negrito, que: “O pan-helenismo continuou sendo o sonho impossível dos filósofos e nunca pôde fazer parte da política prática”. Embora houvesse um pan-helenismo cultural (mesmas língua e religião), nunca foi possível obtê-lo no campo político. Ele também sugere outras causas para essa fragmentação política, como a guerra endêmica e a busca pela independência.

[...] o quão endêmica era a guerra. Embora limitada aos poucos meses de verão, com breves intervalos de paz, ela era a ordem natural das coisas. **As cidades-estado gregas eram ciosas de sua independência e sua competitividade tornava impossível a unificação** ou a adoção de meios adequados para regular as relações entre elas.³²

Ao ressaltar uma das principais características das *póleis*, sua independência, ou a busca da mesma, tanto política quanto economicamente, Peter Jones aponta a rivalidade entre elas, declarando, expressamente ser “impossível a unificação”. Temos, assim, um forte argumento para responder à questão central do tema de nossa pesquisa.

Outra autora que contribuiu na redação do presente artigo é Claude Mossé sustenta:

[...] que os gregos sentiam pertencer à mesma civilização. As Guerras Médicas haviam reforçado este sentimento, e não surpreende encontrar em Heródoto a definição do que ele chamava *to hellenikon*, a comunidade dos helenos. O que une os

³¹ Ibidem, p. 49. Grifos nossos.

³² Ibidem, p. 56. Grifos nossos.

gregos, afirma ele aos atenienses, é ‘... o mesmo sangue e a mesma língua, santuários e sacrifícios comuns, modos e costumes semelhantes’ (VIII, 144).³³

Ainda assim, uma unificação política dos helenos não se concretizou. A autora também expõe que: “Os grandes santuários pan-helênicos, onde os gregos se encontravam por ocasião das festas de Zeus (Olímpia), Apolo (Delfos) e Posêidon (istmo de Corinto), reforçavam ainda mais o sentimento de pertencer a uma mesma comunidade”³⁴. Apesar de toda esta unidade, deste claro pan-helenismo cultural, nunca se obteve com eficácia, totalidade e longa duração, um pan-helenismo político. Podemos interpretá-los, neste caso, como esferas diferentes, que não conseguiram comunicar-se. Mossé cita Isócrates, o qual defendia a união dos gregos. Segundo ele, essa era a única maneira de resolver os sérios problemas que afetavam as cidades gregas, como as massas miseráveis destituídas de terra, fato que para ele era uma ameaça a todo o mundo helênico³⁵. Além das massas de miseráveis, ainda havia o problema da guerra civil. Claude Mossé cita Tucídides, para definir que esta guerra era: “consequência do estabelecimento da hegemonia ateniense no Egeu, assumindo rapidamente a aparência de um **confronto ideológico entre os democratas partidários de Atenas e os oligarcas partidários de Esparta**”³⁶.

O fragmento, portanto, claramente, revela-nos, não apenas motivos para o desenrolar da guerra do Peloponeso, ou seja, o antagonismo entre “os democratas partidários de Atenas e os oligarcas partidários de Esparta”, mas, para além disso, tal divisão do mundo grego, em se tratando de regimes políticos, foi um fator que bloqueou, indubitavelmente, a possibilidade de uma unificação total da Grécia. Mossé acrescenta: “[...] julga-se de modo geral que as tentativas de estabelecimento de uma paz comum, de uma *koiné eirené*, no século IV, devem ser vistas como a manifestação mais nítida do sentimento de pertencer a uma comunidade única”³⁷. Assim, defende que a busca pela paz, depois das sucessivas guerras entre os gregos, evidencia o caráter de aproximação entre eles, entretanto, “aproximar-se” nunca significou “unificar-se”. A mesma autora aponta que o pan-helenismo não se concretizou, ficando no âmbito das ideias, não resultando em um Estado único, devido à busca por autonomia das Cidades-

³³ MOSSÉ, Claude. *Dicionário da...* op. cit., p. 220.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem, p. 224. Grifos nossos.

³⁷ Ibidem, p. 221.

Estado gregas, como se observa, claramente, na transcrição a seguir: “O pan-helenismo, portanto, permaneceu na Grécia mais um ideal que uma realidade. E sobretudo nunca resultou na concepção de um Estado único, tão ciosas de sua autonomia eram as cidades-estado gregas”³⁸.

Por último, assinalaremos as ideias do professor Marcos Alvito Pereira de Souza, que cita:

Vernant (1985, p. 10) observa que a guerra era vista como parte do *agon*, isto é, do espírito de confronto que presidia não só às relações humanas como à própria natureza; o *agon* estava presente não só na rivalidade que as cidades mantinham entre si, mas nos Jogos [onde havia competições esportivas, musicais e literárias], nos processos do tribunal, nos debates da assembleia etc.³⁹

Marcos Alvito cita o helenista Vernant para expor a presença do espírito guerreiro nos gregos, e que os levava a confrontos em várias áreas, com destaque para o embate entre as Cidades-Estado, devido às rivalidades entre elas. Alvito assinala a existência de características que ajudavam à eclosão da guerra, como o fato de haver centenas de *póleis*, que, segundo ele, “[...] extremamente ciosas da sua autonomia, a sonhar com uma impossível auto-suficiência econômica”⁴⁰. Prossegue Marcos Alvito:

[...] a Guerra do Peloponeso tem um caráter de confronto entre democracia e oligarquia incontestável: para Mossé (1986, p. 226) isto fica patente no fato de que, durante os dois golpes oligárquicos ocorridos em Atenas (411 e 404), os adversários da democracia realizaram seus planos graças ao apoio de Esparta. Este conteúdo *ideológico* do conflito leva a sangrentos episódios de guerra civil, em que cada uma das facções buscava apoio externo nas duas *póleis* rivais, multiplicando os prejuízos causados.⁴¹

Novamente, a disputa ideológica na Hélade é apontada como uma das principais causas das dissensões entre as *póleis* antagônicas de Esparta e Atenas, o que ocasionou a guerra civil e nunca permitiu uma unificação de toda a Grécia em um único Estado.

³⁸ Ibidem, p. 221.

³⁹ SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. *A Guerra...* op. cit., p. 14.

⁴⁰ Ibidem, p. 17. Grifos do autor.

⁴¹ Ibidem, p. 65.

Acreditamos ter alcançado nosso objetivo, no presente artigo, tanto ao citarmos a indicação dos elementos essenciais, que já temos, a uma pesquisa em história, quanto no que concerne ao levantamento historiográfico que realizamos, o qual nos possibilitou concretizar a redação deste texto, que auxiliará nossa monografia de fim de curso de Graduação em História na UFRRJ. Através das diferentes obras trazidas e analisadas, pudemos perceber que diversos autores apontam que os gregos sentiam pertencer, culturalmente, a uma mesma comunidade, porém isto não foi suficiente para uma unificação política. Além disso, acreditamos já ter obtido respostas à questão central do tema de nossa pesquisa.